

CULTURA E UNIDADE NA SOCIEDADE HODIERNA

Fernando de Oliveira Pontes¹

Getúlio Nascimento Braga Júnior³

Resumo: o cenário de fragmentação e pluralidade da sociedade atual resulta e aponta para problemas no sistema de consolidação das orientações do pensamento, os quais naturalmente se refletem na produção de uma nova configuração de relações sociais.

Palavras-chave: Cultura, Direito, História, Filosofia e Crise.

Abstract: The scenario of fragmentation and plurality of today's society results and points to problems in the system consolidation guidelines of thought, which of course is reflected in the production of a new configuration of social relations

Keywords: Culture, Law, History, Philosophy and Crisis.

Introdução

A experiência jurídica que Miguel Reale (REALE, 1968, p.31) oportunamente apontou como significativa no âmbito das relações sociais e associadamente jurídica possuíam, naturalmente, um impacto sobre a sedimentação da cultura como atividade espiritual, visto que enuncia o *problematicismo da experiência jurídica – sua natureza dialética*. A crise a que se refere Miguel Reale (REALE, 1968) também é e continua sendo a da experiência jurídica apontando para a atualidade do tema que dialoga entre uma posição conservadora e inovadora, ambas, objetos de acurada observação, considerando que nem a ortodoxia ou a vanguarda enunciam necessariamente uma sábia compreensão ou prática diante do real e, conseqüentemente das relações a ele inerentes, envolvida nas mesmas, a social.

O anseio por esclarecer o motivo fundamental das coisas serem do modo como se apresentam foi e ainda é alimentada por desconfianças do que é

¹ Doutor em Direito pela Universidade Gama Filho. E-mail: fernandorj@globo.com.

³ Doutor em Filosofia pelo PPGF-UFRJ. E-mail: gebrajr@gmail.com

aparente, mas não no aparecer *fenomênico*, ou no *puro aparecer*; em sua mostração originária é típico do pensamento fenomenológico concebido por Edmund Husserl desde seus prolegômenos a se constituir como uma Teoria do Conhecimento.

A leitura do aparente sem desconfiança é aquela provocada por uma ingenuidade intelectual. O motivo que estaria por detrás das coisas e as especulações acerca desta posição iniciaram-se, como é conhecido, problematizando o tema da natureza, com vistas ao esclarecimento do primordial, em contínua pretensão de compreender as origens. Este desejo ainda habita o homem de hoje, que corresponde àquele absorvido pela enganosa sensação de completude em instrumentos *fabricados* por uma ciência puramente orientada pela técnica e domínio da natureza, que sugere a *criação de um outro mundo* curiosamente distante das origens que pretensamente havia se proposto a desvendar o pensamento, tendo ainda em questão o próprio homem. O conhecimento obtido pelo estatuto científico não está dispensado de suas obrigações. A Ciência, em si mesma não é boa ou má, mas constitui-se um problema quando formuladas suas interrogações unicamente para promover aparatos à margem do sentido de produzi-los. Nesta manipulação é a natureza, o objeto que, por sua vez, não deixa de influir na vida dos homens, o qual também possui uma natureza, ao menos física ou biológica identificadas pela fome, sede, sono etc; entretanto não só de uma constituição fisiológica é constituído o homem.

O exercício espiritual do juízo e da doação de sentido e valor denota traços de moralidade e de uma natureza que se apreende em um mundo diferente, sobretudo, porque de sentido e não apenas de finalidade. Por assim dizer, a natureza foi o primeiro assombro exigível de explicação como origem, inicialmente mítica e, posteriormente lógico-racional ou científica. A *physis* era, por excelência, objeto do conhecimento – se ainda não o é, embora com uma concepção um tanto distinta. E, no período lógico, se houvesse uma causa racional para que a natureza fosse da maneira que é; tal causa estaria na própria natureza, sem a interferência que se presumia pré-definida por supostos manipuladores da natureza – ainda não se tratando dos homens, mas de mitos

– e por isso mesmo, seres que mais sugeriam forças da natureza, isto é, vinculados a ela, do que propriamente dissociados da mesma, o que não significa destinação, visto que os constituintes da natureza se ajustam sistemicamente em suas variadas manifestações.

Neste sentido, a noção *physicista* da realidade permearia todas as camadas, categorias ou ramos do saber humano *em construção* fortalecendo a indicação de que a *arché*, o paradigma seria natural, propondo, a seguir que seria também a natureza, gênese de formulação do *Valor* porque tudo seria natureza previamente instituída e gravada em uma estrutura, que não se admitiria em uma concepção fenomenológica, uma vez que, a preocupação da filosofia rigorosa em busca de fundamentos ou de um terreno absoluto propõe uma atitude em que somente a interação. Esta deve ocorrer entre a consciência intencional do sujeito (homem como natureza não unicamente fisiológica) e o mundo circundante como objeto (natureza). E tal interação deve se dar por meio de um processo de redução continuada que desvela o puro reino de essências respeitando a atividade dinâmica do espírito criador, que há, minimamente, como um traço humano e que claramente se vê na cultura.

Por este motivo, o raciocínio anteriormente exposto instabiliza a ideia de que o valor consiste em um termo fortemente associado à questão puramente natural. Se assim, fosse o esforço socrático-platônico e aristotélico instaurando um novo momento na filosofia com ênfase moral seria inócuo. A interpretação física ou científico-natural do valor o põe no plano da explicação e que levaria, por conseguinte, a um paradoxo na medida em que o mundo do homem pressupõe um mundo de compreensão, inexplicável. Em outras palavras, um plano de atividades do espírito é transferido para outro, natural, de explicações científicas – uma apropriação assistemática, esparsa – admitindo a possibilidade de seu controle por meio de mecanismos técnicos, desabilitando o espírito ou, em uma interpretação material, ficando à mercê de um resultando de substâncias, as quais, por sua vez iriam opor à vontade uma realidade distinta daquela pretendida pelo reino da liberdade tão caro ao sujeito. Mesmo, após a transição dos *physicistas* para os *socráticos* não é anulado este debate.

O mundo como fenômeno e o conhecimento

A tradição filosófica e jurídica não temeu prosseguir nas reflexões que se aventuravam em um horizonte de estudo que não contaria com a mesma objetividade ou concretude das pesquisas sobre a natureza física oferecidas. O Dualismo platônico é oportuno às discussões que ainda hoje preenchem os espaços ora deixados por uma incerteza *natural*. O fundador da Academia de Atenas considerava tal dualidade importante, uma vez que essa oposição caracterizava a possibilidade de dois mundos – entre eles, o das ideias – capaz de reconstruir a perspectiva do homem que precisa ascender a um mundo inteligível e compreender que o mundo no qual vive é sensível, cuja materialidade ilude, sendo somente o acesso ao mundo inteligível, das ideias puras, desafetadas da corrupção sensível, aquele capaz de propiciar uma reformulação da sociedade para seu estado ideal, o que, embora denote a esperada desconfiança do pensamento ingênuo guiado pela materialidade não intuída, não se coaduna de pleno com a fenomenologia de Husserl pela concepção do socrático de um mundo metafísico produzido pela ruptura identificada na teoria dualista platônica. A menção de seu pensamento se dá aqui por força de que a sua visão imaterial, não seria mensurável pelas categorias das explicações aplicadas à natureza unicamente animadas pelos dados da experiência dos sentidos. A fenomenologia também se ressentia da explicação em um horizonte onde somente pode haver compreensão; o que não traduz uma ruptura que venha divisar o mundo, uma vez que o mundo é, ao final das reflexões fenomenológicas, fundamentalmente o *mundo da vida*.

Posterior à filosofia platônica, o peripatético, ainda que não seguindo inteiramente as mesmas ideias, considerou a substância como possuindo especial importância, julgando que o mundo se apresentava sob a noção de que os entes se ajustam e se influenciam. Um pensamento sistemático, lógico e categórico que pressupõe interferência e complementação, e alteração de estados, de comportamento e, neste sentido, não apenas unificava o mundo dividido por seu antecessor, como também, permitia pensar que a moral, e o

valor quando adstrito a tal campo poderia ser reafirmado ou reformulado. As tensões entre a o conhecimento natural e a experiência trazem à tona se, de fato, é o mundo único em sua plena realização. A esse respeito o pai da fenomenologia não se exime da responsabilidade de pensar o que foi objeto de interrogação por pensadores que na tradição filosófica o precedeu.

O conhecimento natural começa pela experiência e permanece na experiência. Na orientação teórica que chamamos *natural*, o horizonte total de investigações possíveis é, pois, designado com *uma só* palavra: *mundo*. As ciências dessa orientação originária são, portanto, em sua totalidade, ciências do mundo, e enquanto elas predominam com exclusividade, há coincidência dos conceitos *ser verdadeiro*, *ser efetivo*, isto é, ser real e – como todo real se congrega na unidade do mundo – *ser no mundo*. (HUSSERL, 2006, p. 33)

O problema que presente no seio da discussão entre natureza física e moral apresenta-se aquele referente ao binômio sujeito-objeto que na citação constante da fase em que Husserl publica as *ideias para uma fenomenologia pura e uma filosofia fenomenológica*, onde antecipa questões existenciais a serem também estudadas e desenvolvidas por contemporâneos e de gerações posteriores ao abordar a atitude natural. O *mundo* que Husserl menciona no mesmo contexto de uma citação sobre a orientação originária não possui um caráter de gênese psicológico-causal como insta o fenomenólogo desde a responsabilidade das *Investigações Lógicas* em psicologizar a lógica, por exemplo. Por outro lado, não tem também caráter de gênese histórico evolutiva concebendo a frágil ideia de desenvolvimento histórico ao sabor de flutuações aleatórias de acontecimentos presumidamente dissociados. A concepção de ideia subjugada pela psicologia ou pela assimilação fragmentada da realidade oferece resistência ao pensamento fenomenológico atento e escrupuloso, a exemplo de seu fundador, uma vez que não pode conceber a realidade inteiramente produzida por especulações metafísicas, nem tampouco acolher de uma verdade mundana à exclusão do *eu* a orientação originária da citação.

Daí, pensar que neste mundo a questão da natureza exclusivamente física das coisas pode ser, de modo equivocado, matizada, alijando ou minorando a

atenção absolutamente indispensável ao mundo dos valores. O mundo está em permanente relação e, nesta, a questão do valor, é primordial, bem como final e, por conseguinte, reorienta-se, convertendo-se em um problema de relação com esta realidade. O valor nesta realidade presente pode determinar o rumo das relações, bem como dispensar objetos, coisas, ou mesmo pessoas no conjunto dos atos entre o sujeito e o mundo que o cerca. Este destaque para o estudo do valor é aqui uma resultante do ambiente de crise que o próprio Husserl que, no momento, vitalista ou de ontologia do mundo da vida tratou em obra especialmente dedicada ao tema que fala de esquecimento expresso em um ambiente de crise – *A crise das ciências europeias e a fenomenologia transcendental*, em 1935 –. O contexto de crise atravessa todo o percurso intelectual dos estudos do pensador alemão e esta crise revelava-se como uma crise que embora se manifestasse como sendo uma crise filosófica, da ciência, revelava, por fim, ser uma crise da cultura, e assim, do próprio homem ou da humanidade. Para tanto, basta considerar que o referido período histórico divisa a segunda metade do século XIX e a primeira do XX. A Alemanha deste tempo é marcada pela derrocada dos grandes sistemas filosóficos tradicionais. Hegel que iluminava todo o pensamento alemão voltou à sombra e a influência de Schopenhauer entra em declínio. Por outro lado, pensadores posteriores como Marx, Freud, Nietzsche estão produzindo, embora ainda não interessem a círculos restritos e despontarão apenas no século seguinte, de modo que a discussão sobre o conhecimento a validade das afirmações de até então se tornaram objeto de questionamento, senão de esquecimento como passados à sombra a exemplo das importantes e atuais reflexões de Schopenhauer como se verão por filósofos do século XX que, ao seu modo, retomarão as questões e reflexões suscitadas pelo pensador. Sendo suas indagações de um forte valor axiológico, notar que a problematização deste segmento filosófico que toca muitos outros, bem como a vida em circunstâncias cruciais que exigem decisões cada vez mais filosóficas não unicamente epistemológicas, sobretudo, ligadas ao estudo dos valores.

O espírito humano cultiva a ciência e a arte; pratica atos de moralidade e de religião. O mundo do espírito é o mundo da cultura porque é o primeiro que

produz o segundo e o mundo da cultura está profundamente ligado ao mundo dos valores. A filosofia reflete sobre o sentido e alcance daquelas atividades registradas na tela, no gesso, na parede, na vibração que produzem os instrumentos e impressão que causam aos seus ouvintes avisados ou não e, portanto, desenvolve-se na direção de um conhecimento do homem na medida em que suas atitudes são resultantes de deliberações em que pesa a moralidade espelhando seu caráter e seu comportamento novamente configurando as hipóteses ou condições de possibilidade e de apreensão do mundo, inserção, bem como interferência na realidade; entretanto não unicamente pela pretensão pura e simples de manipular a realidade em seu favor. Sua atitude sugere também um modo de integração ao mundo que se reporta a tal realidade. E estes apontamentos contribuem para a pretensão de que o valor denota um primado temático de preocupações filosóficas, sendo sempre importante não confundir bens com valor. É este último é aquele que instaura uma ordem, na qual os mesmos conhecimentos e não exclusivamente avanços nos diversas áreas do conhecimento podem levar a desfechos diametralmente opostos no sequenciar dos acontecimentos nos quais ativa ou passivamente se envolve o homem.

Coube, sem dúvida, a Husserl e a, em um primeiro momento, mais a Max Scheler, Nikolai Hartmann e Martin Heidegger do que ao fundador da fenomenologia, ampliar os horizontes da problemática existencial, abrangendo tanto as ciências da natureza como as do espírito, como decorrência de um conceito *transcendental* capaz de condicionar e compreender todas as formas de realidade em toda a sua concreção, num significativo retorno às coisas mesmas. (REALE, 1968, p.20)

É importante dizer que, muitas das obras de Husserl não puderam ainda chegar ao conhecimento do público pelo fato de que seu discípulo Van Breda tenha, ao tempo do nazismo – Husserl era judeu – transportado aproximadamente 40.000 páginas estenografadas na ocasião do falecimento do pai da fenomenologia para a Universidade Católica de Louvain, do que se pode depreender que o mestre pode também haver tratado de temas outros ainda

desconhecidos como é o caso de suas *Lições sobre ética e teoria dos valores*. E, em continuidade ao texto que é objeto desta reflexão reafirma-se o problema da crise da cultura como crise de valores, de esquecimento e de um humanidade cada vez mais líquida.

A fenomenologia para um mundo em unidade

A filosofia fenomenológica não se exime de ir além da interrogação sobre a oscilação entre o mundo dividido e unificado. Ela é uma via média, problematizando primeiramente a visão produzida pela experiência em um nível que questiona sua realidade, mas não permanece nesta dúvida porque o mundo é um lugar que deve ser posto em parênteses, mas também aquele a que se deve retornar permanente, em especial pelo fato de que se quer um mundo livre do psiquismo, da racionalidade extremada ou da especulação metafísica, ou mesmo da atitude meramente natural. O que se quer constituir é também o que se deseja descobrir por meio da intuição, intencionalidade e da redução fenomenológica, isto é, o dever rigoroso e intransigível da fenomenologia é o de trazer à tona o *mundo da vida*. A fenomenologia como uma via média ou terceira via está entre um pensamento fenomenológico do tipo kantiano concebe o ser como o que limita a pretensão do fenômeno ao mesmo tempo em que ele permanece fora de alcance; estando no outro polo uma fenomenologia do tipo hegeliano, na qual o fenômeno não é reabsorvido, num conhecimento sistemático do ser. A fenomenologia husserliana se propõe como ela própria fazendo uma ontologia, visto que conforme Husserl o sentido do ser e o do fenômeno não podem ser dissociados.

A atitude chamada natural, aquela do homem que enxerga o mundo a partir do senso comum não é inteiramente desconsiderada pela filosofia. Ela é inicialmente, tanto a atitude do cientista quanto a do homem na rua sem pretensões epistemológicas e consiste em pensar que o sujeito está no mundo como algo que o contém ou como uma coisa entre outras, estando sobre a Terra e sob o céu como ocupante aleatório entre objetos e outros seres que encontrou

ai, independente de si. O que significaria dizer que considera a vida psíquica como uma realidade do mundo entre outras, e ainda como sendo a psicologia uma ciência que estuda o comportamento da consciência assim como a astronomia é uma ciência que estuda também o comportamento dos astros; lembrando aqui a preocupação de não tender para o psicologismo sobre a lógica, o que já foi mencionado quando da procura de Husserl em demonstrar nas suas *Investigações Lógicas*; nem tampouco explicar o que só pode ser compreendido – o homem. Este estudo da realidade como que em seus fragmentos que juntos a constituem, traduz uma ideia de regiões diferentes do mesmo mundo. Em contrapartida, a unidade dessas regiões é o que se apresenta como problema porque se estão separadas por que estão? E como uni-las? É a fenomenologia que oferece uma saída ao problema pela via da análise intencional, cuja proposta vai além da dualidade entre sujeito-objeto ou consciência e mundo, é mais original do que pensar em interior e exterior, uma vez que na fenomenologia é no próprio interior da correlação, ou *interação*, que se opera a separação entre interior e exterior.

O acesso a essa dimensão primordial só é possível se a consciência efetuar uma verdadeira conversão, somente quando ela realiza uma suspensão da crença na realidade do mundo segundo as categorias transferidas pela tradição que, por dever, a si própria deveria se interrogar, indagando sobre o mundo supostamente exterior para se colocar, ela mesma, como consciência transcendental, condição de aparição desse mundo e doadora de seu sentido. Está aí uma nova atitude que Husserl chamará de *atitude fenomenológica*. Para tanto, a consciência como parte do mundo recebe nova interpretação como lugar de desdobramento deste mundo próprio no campo original da intencionalidade.

O mundo, desta maneira, não é como as filosofias especulativas ou ciências da natureza explicam, primeiramente em si mesmo. Essas explicações são posteriores à abertura do campo primordial. Ele é, em primeiro lugar, o que aparece à consciência e a ela se dá na evidência irrecusável de sua vivência. Neste sentido é que o mundo se apresenta como um fenômeno para além de sua existência, senão para concebê-la propriamente. Entender o mundo como

fenômeno é intuí-lo em sua manifestação originária porque deste modo apresenta sentido e aproxima-se de Descartes, porém é importante compreender uma distinção sutil que desencadeia uma profunda diferença no sistema filosófico de Husserl em relação a Descartes. O autor das meditações realiza, ao seu modo, uma redução; entretanto incorre em uma desatenção quando concebe o *eu do cogito* como uma substância – ainda que alma-substância – e, conseqüentemente, como uma coisa *res* independente, da qual restava saber como poderia entrar em relação às outras coisas, colocadas por definição como exteriores. Esta interpretação faria o estudioso recair na atitude natural já mencionada.

É neste ponto que a intencionalidade apresenta o resultado da redução fenomenológica como alternativa inteiramente diferente da dúvida cartesiana, visto que o que da redução fenomenológica, seu *resíduo*, não é apenas o *eu penso*, porém a conexão ou correlação entre o *eu penso* e seu *objeto de pensamento*, não o *ego cogito*, mas o *ego-cogito-cogitatum*. Para tanto, seguinte à redução fenomenológica, o mundo não se tornou, como para Descartes, duvidoso; ele permanece tal como era antes, conservando seus valores e suas significações antigas. E tais valores e significações, incluindo o sentido de existência, são objetos como fenômenos e, portanto, desembaraçados da atitude ingênua que levava a colocá-los como sendo *em si* e assim acarretava especulações metafísicas que estorvavam um conhecimento rigoroso. Referida à vivência da consciência, inconcebível sem essa vivência, a questão de seu *ser* não pode mais se dissociar da questão da origem do sentido que se enraíza na vivência de consciência. As considerações de Bauman sobre a cultura, em sua obra *Legisladores e intérpretes*, traça aproximações com o problema da ruptura radical do homem dos séculos XVIII ao XX denotando a recorrente problemática do sentido que reconduz ao dilema da cultura, considerando a perda de quaisquer deles como comprometedora da perda do outro.

Em vez de deduzir sua autoconfiança da crença no progresso, a elite educada forjou a ideia de progresso a partir da imaculada experiência de sua superioridade. Em vez de retirar seu zelo missionário proselitista de uma crença acrítica na ínfima perfectibilidade do homem, ela cunhou a ideia da maleabilidade

da natureza humana, a capacidade de ser moldada e melhorada pela sociedade a partir de seu próprio papel disciplinar, instrutivo, educador, tutelar, punitivo e reformador, tendo em vista outras categorias que não ela própria. (BAUMAN, 2012b, p. 157).

Considerações Finais

As considerações derradeiras envolvem, porque que invocam, uma aporia em primeiro plano, mas não se exime da responsabilidade de que estão presentes as questões da pluralidade que demandam uma conciliação dentro da cultura que a ela corresponda autenticamente e que, por assim dizer, produzirá seus efeitos na conduta dos homens diante da sua realidade e, neste ponto, inclusive as formulações jurídicas serão devedoras.

A discussão de Bauman constitui uma atualidade por si mesma, apresentando a sociedade a seu próprio decaimento velado e insentido por força dos avanços tecnocientíficos e pelas possibilidades de aquisição de recursos como se a finitude do homem por elementos adquiridos fosse atenuada e reinserisse o homem no mundo, implicando inclusive um problema ético – *A ética é possível em um mundo de consumidores* –. No esteio desta incorporação exclusivamente de matéria alijada de sentido, trilha o sujeito sua trajetória existencial, de todas, a mais complexa e mais contraditória porque reunidos os recursos não estão disponíveis os *resultados*.

Reale releva ainda a importância da experiência jurídica como expressão única de termos correlatos e ergue a reflexão fenomenológica para o alcance normativo mencionando teóricos cruciais nesta caminhada, introduzindo além de fatos e normas reguladoras – por apontamentos kelsenianos – o elemento o valor tão caro à atualidade – trabalho realizado em 1940 por meio de sua *Teoria tridimensional do Direito*. A reflexão sobre o valor é também como no corpo do texto é citado, de Scheler, bem como de Husserl, e, finalmente, mas não cronologicamente, Husserl.

Husserl, pai da fenomenologia, como uma terceira via, média entre a metafísica e a experiência, apresenta não uma hermenêutica metafísica, mas

uma ontologia do *mundo da vida* que, para o fenomenólogo guardava a chave para abertura à constituição de um mundo desprendido de todo cientificismo, positivismo, exclusiva materialidade; propondo um retorno radical ao viver originário que não consiste no arcaico, mas em não artificialização do real. Ele não olvida a relevância da experiência. Sua atenção é a de que a importância do mundo da vida seja, de fato, da vida, superador dos limitadores desvios apresentados nesta reflexão que, com efeito, desdobram-se na crise da cultura e do próprio homem, pondo à margem a ontologia do *lebenswelt*, enquanto reconciliador do homem com o mundo, senão do próprio humano consigo.

Referências bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2012a.

_____. **Legisladores e Intérpretes**. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2012b.

HUSSERL, Edmund. **Prolegômenos a uma lógica pura**. Trad. Diogo Ferrer. Phainomenon: Lisboa, 2005.

_____. **Idéias pra uma Fenomenologia Pura e para uma Filosofia Fenomenológica**. Trad. Márcio Suzuki. Idéias e Letras: São Paulo, 2006.

REALE, Miguel. **O Direito como Experiência**. Saraiva: São Paulo, 1968.